

# A PARTICIPAÇÃO DA DEFESA CIVIL NO MATO GROSSO: UMA AÇÃO DE REDUÇÃO DE RISCOS E PREVENÇÃO DE DESASTRES EM CUIABÁ

Aline Regina Novacki<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo mostra as ações desenvolvidas pela Superintendência de Defesa Civil do Estado e tem por principal objetivo discutir essas ações, considerando as principais causas de desastres em Cuiabá e as particularidades da capital mato-grossense. Os desastres naturais que ocorrem no Mato Grosso ainda são pouco pesquisados e compreendidos pela sociedade, com impactos a curto e a longo prazo. O problema abordado busca definir como a Defesa Civil de Cuiabá pode atuar de forma preventiva para reduzir os riscos e evitar desastres na região. A metodologia é hipotética dedutiva com estudo de referências bibliográficas e a sistematização de dados obtidos em órgãos de pesquisa mundial sobre desastres. Um dos fatores mais preponderantes desta pesquisa é a hipótese abordada, onde presumimos que a conscientização da sociedade quanto às ações da Defesa Civil na região e a adaptação das políticas públicas do Estado são fatores essenciais nesta pesquisa. Um processo de mudanças nas políticas urbana, econômica, habitacional e educacional pode indicar um caminho para que nossas cidades e a vida das pessoas se tornem mais seguras.

**Palavras-Chave:** *Defesa Civil - Desastres Naturais - Prevenção - Áreas de Risco.*

## ABSTRACT

The present article shows the actions taken by the State Superintendence of Civil Defense and its main objective is to discuss its actions, considering the major causes of disasters in Cuiabá, and the peculiarities of the capital of Mato Grosso. Natural disasters occurring in Mato Grosso are poorly researched and understood by society, with impacts in the short and long term. The problem addressed in this work is to define how the Civil Defense in Cuiabá can act preventively in matters of reduce risks and avoid disasters in the region. The methodology involved is hypohetic deductive with bibliographic references and systematization of data provided by international institutes of disasters research. One of the most important factors of this research is the hypothesis addressed, where we made the presumption that the awareness of the society about Civil Defense actions and a better approach to the public policies of the State are essential in this work. A process of change in urban, economic, housing and educational policies may indicate a path for our cities and people's lives become more secure.

**Keywords:** *Civil Defense - Natural Disaster - Prevention - Risk Areas.*

---

<sup>1</sup> Capitã do Corpo de Bombeiro Militar do Estado; Mestre em Gestão Pública pela Universidade de West Indies (Jamaica); Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde.

## INTRODUÇÃO

Os desastres que naturalmente ocorrem sem influência humana podem ser estudados na esfera das variações climáticas, no contexto das incertezas, pois constituem um dos graves problemas que atingem a sociedade na atualidade causando rigorosos danos socioeconômicos e ambientais. Vários estudos mostram os conceitos relacionados à vulnerabilidade e susceptibilidade como sinônimos face aos desastrosos incidentes naturais. Entretanto, a vulnerabilidade relaciona-se mais aos aspectos sociais e econômicos e a susceptibilidade aos aspectos estruturais ou físicos. (ZAMPARONI e NUNES, 2012).

Neste contexto um dos maiores desafios da atualidade é o enfrentamento dos desastres que naturalmente ocorrem nas áreas urbanizadas. Os desastres naturais ocorrem como resultado da combinação das características físicas da área, das suscetibilidades e associadas às fragilidades da área e os processos de urbanização da área. A busca da habilidade de resposta e de reestabelecimento social é expressa pela vulnerabilidade e capacidade de resiliência do local, ou seja, são aspectos decorridos da relação de conflitos entre a sociedade e a natureza e certamente podem se agravar com a influência das variações climáticas e dos processos de urbanização desordenada. No argumento da expansão das cidades, os arranjos naturais e condições geográficas locais não são priorizados em detrimento aos interesses políticos e econômicos. (SANTOS, 1994).

O presente artigo discute a questão de a Superintendência de Proteção e Defesa Civil atuar em Cuiabá e busca resposta para a problemática do “Como fazer” quanto às ações redução de riscos e prevenção de desastres em Cuiabá. O problema abordado no trabalho se refere então à questão: Como a Defesa Civil de Cuiabá pode atuar de forma preventiva para evitar os desastres e reduzir os riscos na região?

Pode-se perceber que, para ajudar a prevenir os desastres naturais e a reduzir os riscos no campo das urbanizações desordenadas e mudanças climáticas, a Superintendência de Proteção e Defesa Civil tem um importante papel na conscientização sobre as áreas consideradas de risco, buscando meios de fazer uma mudança para que se tenha por resultado a prevenção e a redução dos riscos de

calamidades na capital, sendo a conscientização da sociedade sobre as ações da Defesa Civil a principal hipótese estudada neste artigo.

## 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A postura epistemológica adotada para a investigação qualitativa deste trabalho refere-se ao Interpretativismo e Construcionismo social, pois o pesquisador acredita que os eventos estudados podem ser explicados através das diversas interações dos fatos relacionados ao evento. A metodologia seguida é hipotética dedutiva a respeito dos incidentes acontecidos em Cuiabá, relacionado à ação de redução de riscos e prevenção de desastres juntamente com pesquisas bibliográficas publicadas por autores, com enfoque nas necessidades de romper com os métodos tradicionais, visando qualificar as atitudes e os acontecimentos ocorridos em Cuiabá.

A metodologia abrange a leitura, análise e a interpretação de livros, documentos, imagens etc, e tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre as ações de redução de riscos e de prevenção a desastres. É um estudo independente, sem intervenção do pesquisador e visa explorar e descrever as respectivas doutrinas e processos relacionados com o tema abordado.

No entanto, nos termos de Gil (2007) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos de pesquisa bibliográfica sobre um tema que é um dos mais abordados na atualidade.

Os estudos que definem e caracterizam os desastres que ocorrem naturalmente ou não na nossa atualidade, são considerados como um importante aliado na prevenção de desastres e redução de riscos, e este estudo faz parte da história da Defesa Civil no Brasil e no Mundo.

## 2. DEFESA CIVIL E SUA HISTÓRIA

O registro de atividades de órgãos relacionados à Defesa Civil ainda é bastante recente na história da humanidade. Os primeiros registros ocorrem do

advento da Primeira Guerra Mundial, quando as estruturas dos governos envolvidos na guerra se viram forçados a buscar novas alternativas para proteger a sociedade civil e estabelecer novas medidas de segurança como os sistemas de alarme que eram fundamentais para se evitar eventos inesperadas de qualquer natureza.

Essa necessidade de garantir a sobrevivência coletiva de um grupo de indivíduos contra ameaças de inimigos ou ameaças da natureza, embora não tenha ocorrido de forma sistemática ou até mesmo planejada, criaram as bases de uma legislação voltada para o bem estar das pessoas. No Brasil, as raízes são as mesmas e os principais conflitos mundiais e incidentes de desastres naturais principalmente relacionados à falta ou excesso de água, resultaram na Defesa Civil Nacional que conhecemos.

No decorrer dos anos, a Defesa Civil Estadual deixou de atuar apenas em resposta às situações de emergência e calamidade, e passou a responder por uma cadeia de outras ações, como a prevenção e reconstrução das áreas atingidas por desastres. (BRASIL, 2003).

Regulamentado pelo decreto nº. 895, de 16 de agosto de 1993. O Sistema Nacional de Defesa Civil é constituído por órgãos entidades da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação da Secretaria de Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional. O SINDEC tem como objetivos: planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; Atuar na iminência e em situações de desastres e prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas deterioradas por desastres.

No Estado do Mato Grosso bem como nos outros Estados da Federação, em conjunto com o Sistema Nacional de Defesa Civil há o Sistema Estadual e os órgãos ligados aos municípios, bem como toda uma legislação normatizadora de todos esses correlatos sistemas. (BRASIL, 2003).

### 3. A DEFESA CIVIL NO ESTADO MATO GROSSO COMO AÇÃO DE REDUÇÃO DE RISCOS E PREVENÇÃO DE DESASTRES.

Os meios físicos e as necessidades do homem, fazem com que se intensifiquem grandes alterações no meio ambiente a fim de moldar a natureza para os usos pessoais ou agrícolas. Essas alterações acabam provocando, trazendo perturbações para o equilíbrio dos sistemas naturais e assim resultando em situações de vulnerabilidade a grandes incidentes e podem provocar como resultados dessas alterações, grandes desastres.

No Brasil muitas vezes a ocorrência e a magnitude dos desastres naturais, acabam dependendo muito mais dos aspectos de vulnerabilidade e de resiliência das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos em si.

O objetivo da Defesa Civil no Estado de Mato Grosso é reduzir os riscos de desastres e compreender ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, com isso necessita da participação da comunidade.

Em 2011, a Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado realizou uma exposição na Praça Alencastro, no centro de Cuiabá, com a intenção de chamar a atenção para a participação da sociedade em sua atuação e à importância deste trabalho nas comunidades. Vontade manifestada nas frases “A Defesa Civil pode fazer muito por você” e “a Defesa Civil somos todos nós” (BLATT, 2011).

O coronel RR Bombeiro Militar e atual Superintendente de Proteção de Defesa Civil do Estado, Sergio Delamônica Correa, explica que a população tem dificuldade em entender a ação da entidade e relaciona a Defesa Civil somente as catástrofes, sendo que o objetivo da superintendência é fazer com que a prevenção ganhe maior destaque.

No Brasil, segundo os registros de desastres naturais do International Disaster Database - EM-DAT, podemos citar que são as inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, vendavais e estiagens os incidentes mais recorrentes. Nos ambientes urbanos, esses eventos muitas vezes ocorrerem em maiores proporções e com maiores impactos, pois atingem a grande maioria da população brasileira.

A Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado tem um trabalho que pode ser dividido em quatro etapas: a primeira é a prevenção que busca avaliar e

reduzir os riscos de desastres; a segunda é a preparação que envolve ações de planejamento de atividades e ações em decorrência dos desastres; a terceira etapa é a resposta que engloba a assistência às vítimas; e por último a reconstrução, que tenta restabelecer plenamente o bem-estar da população.

É importante que os municípios trabalhem de forma organizada, integrada e global, para proporcionar um resultado multiplicador e potencializador, muito mais eficiente e eficaz para diminuir a ocorrência e os impactos dos desastres que ocorrem naturalmente nos municípios do interior do Estado, bem como na capital.

O Estado de Mato Grosso criou em 2014, em cada município o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, para cuidar dos municípios e buscar um sistema de proteção à comunidade. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o que tem contribuído para que este índice seja maior a cada ano são as ocupações irregulares em muitas das cidades. Estudos mostram que no passar dos últimos 05 (cinco) anos, mais de 100 (cem) municípios foram atingidos por eventos naturais, além das condições geográficas do Estado mato-grossense.

O governo implantou o SINPDEC, para que seja um sistema de proteção atuando de forma organizada, integrada e global, perante aos municípios, o que proporcionaria um resultado multiplicador e potencializador muito mais eficiente e eficaz do que uma simples soma das ações dos órgãos que o compõem. Todos os órgãos atualmente têm atribuições, mas a atuação do órgão municipal de proteção e defesa civil é extremamente importante, tendo em vista que os desastres ocorrem nos municípios. Esses Municípios devem estar preparados para qualquer tipo de desastre natural que potencialmente ocorra na sua área de abrangência, reduzindo as perdas tanto materiais quanto humanas.

Conforme o professor Prudêncio de Castro, coordenador do mestrado em recursos hídricos do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é bastante alta a possibilidade de ocorrerem oscilações de massa, inundações e erosões no solo mato-grossense. O que comprova as afirmações pelo Professor Prudêncio é justamente a quantidade de municípios atingidos por incidentes relacionados a desastres naturais. Cerca de 43% dos 271 municípios

atingidos por inundações ou enchentes graduais na região Centro-Oeste são municípios do Mato Grosso.

No Estado, são muitas as cidades situadas em regiões ribeirinhas, localizadas próximas a áreas inundadas. É bastante comum que uma área que fique de 10 a 15 anos sem registro de inundações, passe a ser ocupada pela população. Porém, sendo uma área propícia, em algum momento ela passará pelas cheias. (GAZETA, 2014).

Os desastres naturais estão a cada dia sendo mais frequentes e muitas vezes mais graves. Em 2014 no mês de abril, o Estado de Mato Grosso decretou situação de emergência em nove municípios. Além disso, devido ao aumento considerável dos índices de chuva, o Estado também apresentou números relacionados à população atingida relatando que mais de 80% das pessoas dessas cidades e em outros municípios circunscritos, foram desabrigados em virtude da incidência de desastres naturais.

Para o professor Prudêncio de Castro, o Estado de Mato Grosso torna-se a cada ano, mais susceptível a incidência de desastres naturais. Segundo o professor, a justificativa dessa afirmação é justamente pelo fato de que muitas das cidades e municípios do Estado apresentarem crescimento populacional considerável, resultando em uma ocupação muitas vezes desordenada e o um desgaste maior do solo. O problema, segundo Castro, é que além das ocupações desordenadas, as condições geográficas também não são favoráveis, o que agrava a situação da região.

Muitas cidades cresceram sem um planejamento adequado. Em sua maioria, a população mais pobre, por exemplo, acaba indo para as regiões de maior risco, como beiras de rio e áreas de declínio, infelizmente, o que sobra para estas pessoas são justamente os terrenos mais perigosos e onde os desastres naturais acontecem. (CASTRO, 2009).

Segundo dados do IBGE, o número de desabrigados ou desalojados nos últimos 05 anos, chegou a 21.325 pessoas em 17 cidades somente no Mato Grosso. A mesma pesquisa ainda mostra que mais de 1,8 mil edificações residenciais ou comerciais foram atingidas direta ou indiretamente por enchentes, alagamentos e inundações. Quantos aos alagamentos ocorridos em 88 municípios da região Centro-

Oeste, 31 incidentes foram localizados em Mato Grosso. Diversos estudos também apontam que somente no Estado do Mato Grosso, cerca de 12 cidades são consideradas “naturalmente inundáveis” no Estado.

O professor Prudêncio Castro afirma ainda que das diversas áreas consideradas de risco em todo Estado, a região metropolitana de Cuiabá apresenta índices preocupantes em decorrência do grande avanço populacional e as alterações de solo na região, conforme o professor.

Temos a Depressão Cuiabana, com municípios que têm águas desaguando no Pantanal. Próximo a Capital, tem Chapada dos Guimarães, com alta propensão a deslizamentos e erosões. E Mato Grosso tem ainda uma grande faixa de cidades cercadas por montanhas e serras. (Castro, 2009).

O fato de pertencer ao território do Pantanal, também favorece as inundações em diversas regiões de Cuiabá e aumenta consideravelmente os riscos de desastres na capital.

#### **4. RISCOS E DESASTRES NATURAIS EM CUIABÁ/MT**

Cuiabá foi fundada em 1719, praticamente estagnada pelas minas de ouro até o começo do século XX, atualmente é a cidade capital e o mais populoso município Mato Grosso. É bastante conhecida na região como “cidade verde”, devido ao número de matas verdes ao redor da cidade e pela grande arborização que compõem toda a sua vegetação e a paisagem urbana. O rio Cuiabá separa a conurbação que entre Cuiabá e o município adjacente, Várzea Grande.

Segundo a mais atual estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, este ano de 2014 a população cuiabana chegou a 575.480 habitantes, e a população total da conturbação entre os municípios é de mais de 840 mil; Considerando todo o colar metropolitano, a região possui quase 01 milhão de habitantes, fazendo com que Cuiabá, capital mato-grossense do Centro-Oeste, seja considerada uma pequena metrópole no coração da América do Sul. (IBGE, 2014).

Cuiabá é atualmente uma área urbana situada nas margens do principal Rio do Estado, o Rio Cuiabá e de seus afluentes, destacando-se o Rio Coxipó e diversos importantes córregos que banham a cidade, tais como: o Córrego da Prainha, Moinho, São Gonçalo, Ribeirão da Ponte, Barbados, Manoel Pinto, e o córrego do Gambá.

Considerando os desastres ocorridos em Cuiabá, pode-se observar que as maiores partes das áreas consideradas de risco às enchentes, estão localizadas as margens do rio e suas adjacências. A grande maioria dessas ocupações é constituída por propriedades irregulares, por invasão, grilos, e muitas vezes não existe uma documentação legal pelos órgãos competentes e grande parte das pessoas que vivem nessas ocupações é de baixa renda.

A evolução histórica de ocupação dos ambientes urbanos é derivada de uma desigualdade socioambiental. Desta forma os desastres naturais podem ser considerados como resultantes da ocupação desordenada e da falta de políticas administrativas do Estado para preservação da rede sanitária e hídrica de Cuiabá, bem como da falta de investimentos sérios em saneamento básico e coleta de lixo apropriada que provocam um aumento significativo na incidência de inundações nos bairros situados na área de inundação do rio Cuiabá, APP's (Áreas de Proteção Permanente) e nos córregos. Infelizmente a grande maioria desta população que vive em locais comprovados como áreas de risco por inundação e que são retirados pela Defesa Civil, logo quando amenizam as condições de risco, voltam para os mesmos locais.

Prudêncio Castro divulgou em 2009 que 80% dos córregos que compõem a estrutura geofísica de Cuiabá, já não possuem vida, estão poluídos devido ao acúmulo de lixo urbano e entulho, o que resulta no entupimento das galerias e redes de esgoto, o que serve de barreira física para a vazante adequada das águas das chuvas. A população ribeirinha que vive nas margens dos rios é efetivamente os mais afetados pela ocorrência de enxurradas e inundações, sobretudo na estação "das águas" ou estação chuvosa na capital.

Podemos observar que atualmente as enchentes ocorridas em toda bacia hidrográfica do Rio Cuiabá, estão relacionadas a erosões e entupimentos das vias dos

córregos que transpassam a capital e acabam por desaguar nos rios Cuiabá e Coxipó. Já as grandes enchentes que ocorreram em 1942, 1974 e 1995 não necessariamente se relacionam com essa mesma problemática. Podemos com isso ressaltar que a ocupação desigual e desordenada bem como a falta de medidas administrativas públicas relacionadas à preservação da rede de esgoto e hídrica, bem como a destinação de verbas para a melhora do saneamento básico e de uma coleta de lixo eficiente, resultam em um aumento expressivo de incidentes de inundações, especialmente, em bairros ribeirinhos, como Bairro do Porto, Novo Terceiro, e nas regiões do Coxipó, como no bairro Jardim dos Ipês, Coophamil, totalizando 16 bairros que já sofreram alguma catástrofe, em termos intensidade e magnitude, volume e tempo de chuvas.

Com a criação da usina de Manso, a vazante das águas foi reduzida e com isso, reduziram-se também os riscos relacionados a enchentes na capital. Porém a preocupação são os riscos eminentes nos córregos localizados ao longo da área urbanizada de Cuiabá. Nessas áreas os riscos são aumentados devido à dificuldade de drenagem do solo devido à presença de lixo que causam obstruções físicas, e a impenetrabilidade do solo causada pelo recobrimento de asfalto e o concreto utilizado nas construções, o que pode ocasionalmente acarretar em alagamentos e inevitavelmente afetar os bairros situados nas margens dos rios e córregos.

Segundo a Superintendência de Proteção e Defesa Civil de Cuiabá e apresentado no trabalho exposto pelo mestrando Edísio Araújo, existem atualmente aproximadamente 5,5 mil famílias ribeirinhas em Cuiabá numa área de aproximadamente 136 hectares, consideradas áreas de risco e que deveriam ser obrigatoriamente preservadas por se tratarem de Áreas de Preservação Permanente – APPs conforme o Código Florestal Brasileiro. (ARAÚJO, 2010).

Para Edísio Araújo, existem 36 córregos em Cuiabá atualmente situados em APPs, no entanto, nessas áreas as matas de galeria ou ciliares foram quase inteiramente destruídas e diversos córregos dessa região foram aterrados. Constatou-se também que dos aproximadamente 209 mil km de expansão dos córregos da capital, mais de 172 mil km estão contaminados/poluídos pelo deságue de esgoto e abandono de lixo em suas águas.

O Governo Federal somente em 2012 investiu 18,8 bilhões em ações de atendimentos a desastre em áreas de riscos. Os recursos federais destinados a essas ações sofreram ajustes significativos nos anos pretéritos. Diversos fatores explicam esse incremento de recursos, desde o aumento das chuvas e da intensidade dos fenômenos climáticos até a expansão e adensamentos urbanos nas áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos.

Com isso podemos observar que, segundo Superintendente de Proteção de Defesa Civil do Estado, Cel RR BM Sergio Delamônica Correa, que a melhor maneira de prevenir os desastres na capital, bem como no interior do Estado, é através de medidas educativas sobre as ações da Defesa Civil, a respeito dos efeitos da ocupação desorganizada e imprópria das áreas de risco e mudanças climáticas a população em geral. No que diz respeito às inundações e enxurradas na capital, é importante destacar sua relação com as ocupações urbanas que, em sua maioria, se deram em áreas ribeirinhas (leito maior dos rios).

A Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado tem um papel importante na conscientização sobre as ocupações irregulares principalmente em locais considerados de riscos, buscando meios de fazer o remanejamento destas pessoas para áreas adequadas e mais seguras, porém, normalmente essas quando aceitam as mudanças propostas, acabam retornando aos locais de origem.

O SINPDEC, atualmente é um órgão de planejamento e de execução de medidas administrativas públicas municipais, que analisa os mapeamentos geográficos e técnicos de áreas expostas a riscos eminentes e que contemplam as situações de sensibilidade física a desastres e vulnerabilidade da população. Assim buscando uma melhor análise do contexto em geral das áreas de riscos para amenizar os desastres naturais da região, buscando a prevenção e mitigação de desastres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, podemos concluir que os desastres ocorridos no Mato Grosso principalmente em Cuiabá, infelizmente ocorrem primariamente em virtude da ocupação ilegal e desordenada de áreas não apropriadas e da ineficiência das medidas públicas do Estado relacionadas à conservação da rede hídrica e de esgoto, de destinação adequada de verbas para melhoria do sistema de saneamento básico e de coleta de lixo eficiente. Assim, provocando um aumento expressivo de inundações, sobretudo em bairros das regiões ribeirinhas, que são consideradas áreas de maior risco, bem como nas regiões inundáveis no interior do Estado.

O importante papel da Superintendência de Proteção e Defesa Civil Estadual em estudar a problemática de desastres na capital, para conseguir amenizar situações de risco e colaborar para que inúmeras vidas sejam preservadas, demonstra o quanto é necessário e urgente, a proposição de ações focadas na prevenção em prejuízo quanto as ações de resposta e reconstrução de áreas atingidas. Os estudos demonstram que inúmeras vezes a medida primordial a ser tomada é que famílias que atualmente ocupam áreas inapropriadas sejam relocadas em definitivo para áreas seguras e que não somente recebam atenção dos agentes do Estado durante situações de emergências já estabelecidas.

As Áreas de Proteção Permanente - APP's e as Zonas de Interesse Ambiental - ZIA devem ser efetivamente protegidas dos interesses imobiliárias e as áreas de risco devem ser devidamente identificadas e resguardadas por lei, para que seja evitado o crescimento urbano nesses locais.

É primordial que o sistema hídrico e de saneamento básico seja preservado e mantido adequadamente para que as bocas de lobos, as redes de drenagem pluvial, as matas de galeria ou ciliares e as margens dos afluentes, rios e córregos de Cuiabá e sua circunscrição, sejam poupados dos efeitos devastadores das enchentes na época das chuvas. Vale ressaltar que as pessoas mais expostas às áreas de riscos são pessoas de baixo poder econômico, e por mais esse motivo, necessitam de um olhar diferenciado e mais cauteloso pela administração pública.

A Superintendência de Proteção e Defesa Civil juntamente com os órgãos responsáveis pelo planejamento das cidades devem analisar as situações posteriores

ao desastres naturais da região, considerando que a maioria dos casos tem consequências traumáticas e traz intranquilidade para a sociedade envolvida tanto na esfera local quanto estadual, e que ações relacionadas às enchentes e/ou alagamentos, sem o apoio do Estado através da Defesa Civil, deixam essas pessoas inseguras, desamparadas e insatisfeitas com o poder público.

Vale ainda ressaltar que em decorrência da sensibilidade a desastres e da vulnerabilidade local, é necessário que se tomem ações efetivas, comprometidas e sérias para uma gestão sistemática das ameaças e dos riscos relacionados aquela área. É fundamental que essas ações incluam além das fases de resposta e reconstrução, medidas que fortaleçam a resiliência da comunidade aos desastres. Atualmente a Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado conta com modernos sistemas de avaliação climática que podem contribuir muito e ajudar toda a população mato-grossense na prevenção de desastres.

Enfim, a ocorrência de catástrofes naturais cada vez mais rigorosas poderá aumentar em número e intensidade com o passar dos anos, em decorrência das transformações climáticas associadas à urbanização desordenadas de áreas impróprias para moradia. Em uma cidade como Cuiabá que apresenta bolsões de pobreza em áreas inapropriadas e de risco eminente de desastres, está frequentemente exposta a altas temperaturas e quando em época de chuvas passa a receber um volume pluviométrico maior, é essencial que sejam tomadas medidas urgentes sobre os possíveis efeitos e a repercussão das alterações climáticas globais em esfera local.

Confirmando então as hipóteses apresentadas, concluímos que o poder público necessita urgentemente desenvolver medidas educativas e preventivas quanto à problemática dos desastres na capital e no interior do Estado; que as medidas administrativas devem ser voltadas a primariamente a prevenção de incidentes e que a conscientização da sociedade é fator primordial neste processo de tornar a Defesa Civil de Cuiabá, um órgão voltado a atender a sociedade de forma essencialmente preventiva, como medida de redução de riscos e prevenção de desastres na capital.

Ante ao exposto, vislumbramos a seriedade do papel desempenhado pela Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado em fiscalizar as Áreas de Preservação Permanentes - APP's e outras áreas de risco eminente de desastres para que se conscientize a população quanto à apropriação indevida de áreas impróprias a moradia, a construção em áreas próximas as margens dos rios, a importância de cuidar e preservar as matas de galeria ou ciliares, de se recolher e condicionar apropriadamente o lixo produzido para que sejamos todos, a Defesa Civil em nossas próprias casas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. C. R. **Análise das Áreas de Preservação Permanente de Beira de Córregos e Rios do Perímetro Urbano da Cidade de Cuiabá-MT**. Dissertação de Mestrado. UFMT. Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2010.

BLATT, Guilherme. **Defesa Civil chama a atenção para colaboração da sociedade**. Governo de Mato Grosso: Casa Militar, 2011. Disponível em: < <http://www.casamilitar.mt.gov.br/TNX/conteudo.php?sid=44&cid=2143> >. Acesso no dia 08/10/2014.

BRASIL. **Capacitação em Defesa Civil: prevenção e redução de desastres**. Governo Federal. Santa Catarina: UFSC, 2003. Disponível em: < <http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/publicacoes/CEPEDPREVENCAOEREDUCAODERISCOS.pdf> > Acesso no dia 08/10/2014.

CASTRO, P. R. **80% dos córregos viraram esgoto e crescimento representa mais riscos**. Artigo publicado em 05 de junho de 2009. Disponível em: < <http://www.gazetadigital.com.br/pdf> > Acesso no dia 08/10/2014.

DEFESA CIVIL DE CUIABÁ. **Defesa Civil em Mato Grosso**, 2009. Disponível em: < <http://www.defesacivil.mt.gov.br> > Acesso em 10/08/2014.

EM-DAT, **The International Disaster Database**. Disponível em: < <http://www.emdat.br/> > Acesso em 10/02/2014.

GAZETA. **Mato Grosso tem maior proporção de desabrigados do Centro-Oeste**. Disponível em: < <http://www.gazeta.com.br/index.php/noticia/geral/mato-grosso-tem-maior-proporcao-de-desabrigados-do-centro-oeste> > Acesso no dia 08/10/2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ISDR (International Strategy for Disaster Reduction). **Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives**. Preliminary version. Geneva, Switzerland: UN/ISDR, 2002.

NUNES, L.H. **Mudanças climáticas globais**. In: A.BORTOLOZZI, Debate ambiental: do conhecimento multidimensional à perspectiva de sustentabilidade. Campinas: NEPAN/UNICAMP, 2002, p. 9-16.

ONU. **Mudanças climáticas agravam riscos de desastres para os pobres**, 2009. Disponível em: < <http://ambientebrasil.com.br> > Acesso em 23/09/2014.

SHIRASHI, F. K. **Avaliação do efeito da construção do APM Manso no controle das cheias nas áreas urbanas da cidade de Cuiabá e Várzea Grande - MT**. Tese, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/COOPE, 2003.

TUCCI, C. E. M.; MARQUES, D. M. L. M. (org) **Avaliação e controle da drenagem urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira. **Enchentes urbanas, áreas de risco, desastres naturais e mudanças climáticas locais em Cuiabá/MT**. Departamento de Geografia/ UFMT. Revista Geonorte, Edição Especial 2. Cuiabá: UFMT/GEONORTE, 2012, p. 355/ 364.

\_\_\_\_\_. **Eventos climáticos extremos**. Gazeta Digital. <Disponível em <http://www.gazetadigital.com.br> > Acesso no dia 08/10/2014.

ZAMPARONI, C. A. G. P. e NUNES, L. H. **Desastres naturais de origem atmosférica e seus impactos em Moçambique**. In: "Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais". Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro (SP). São Paulo: UNESP, 2012.